



PREFEITURA MUNICIPAL DE NANUQUE  
ESTADO DE MINAS GERAIS

**DECRETO N° 007 DE 13 DE JANEIRO DE 2026.**

Protocolado no Site Oficial da Prefeitura

Data: 13/01/26

Hora: 18:00

“Dispõe Sobre a Instauração de Procedimento de Regularização Fundiária (Reurb) do Loteamento Vila Nova 1 em Nanuque e dá outras providências”.

O PREFEITO MUNICIPAL DO MUNICIPIO DE NANUQUE, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o disposto na Lei Federal 13.465/17 e no Decreto Federal 9.310/18 e

Considerando a Lei Federal nº 13.465, de 11 de julho de 2017, que estabelece normas e procedimentos para implantação da REURB nos núcleos urbanos informais e o Decreto nº 9.310, de 15 de março de 2018, que institui as normas gerais e os procedimentos aplicáveis à REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA URBANA;

Considerando que a regularização fundiária é um direito social e é condição para realização integral de outros direitos constitucionais, como o trabalho, o lazer, a educação e a saúde;

Considerando que o beneficiário da regularização fundiária passa a fazer parte da cidade legal, ampliando o acesso à terra urbanizada, o exercício da cidadania, tornando-se detentor de direitos e deveres;

Considerando os objetivos da Lei de REURB, Lei Federal 13.465/17, os quais estão elencados em seu art. 10,

**DECRETA:**

**Art. 1º.** Fica instaurado o procedimento de regularização fundiária, via REURB, do núcleo informal consolidado conhecido como “*Loteamento Vila Nova 1*”.

**1. CARACTERIZAÇÃO DO NÚCLEO:**

**Art. 2º.** O Núcleo Urbano Centro teve sua ocupação iniciada há mais de 15 anos. O perímetro a ser regularizado contém área total de 5.121,01 m<sup>2</sup>.

**Art. 3º.** O núcleo urbano a ser regularizado conta com cerca de 442 lotes.

**2. DA MODALIDADE DA REURB**

**Art. 4º.** Para a regularização dos referidos lotes, fica classificada a REURB COMO SENDO DE INTERESSE SOCIAL – REURB S- tendo em vista o requerimento dos legitimados e o padrão construtivo das casas, em



# PREFEITURA MUNICIPAL DE NANUQUE

## ESTADO DE MINAS GERAIS

conformidade com o art. 13, inciso I da Lei Federal 13.465/17, sendo que os institutos jurídicos a serem empregados para o reconhecimento da regularização fundiária poderão ser a LEGITIMAÇÃO DE POSSE E A LEGITIMAÇÃO FUNDIÁRIA, a depender dos documentos apresentados pelos legitimados e da confirmação da titularidade da área.

### 3. DA RESPONSABILIDADE PELO PROCEDIMENTO

**Art. 5º.** O procedimento administrativo referido no art. 1º será coordenado e analisado pela COMISSÃO MUNICIPAL DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA, a qual foi instituída pela Portaria 404/2025, com a colaboração dos demais órgãos municipais que se fizerem necessários para o trâmite do feito.

**§ 1º:** Para a análise e tramitação do procedimento referido no caput, a Comissão Municipal de Regularização Fundiária deverá adotar as medidas e procedimentos jurídicos, urbanísticos, ambientais e sociais previstos na Lei Federal 13.465/17 e Decreto Federal 9.310/18.

**§2º.** Aprovado o processo de regularização fundiária, deverá ser emitida a CRF para registro junto ao Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Grandes Rios/PR.

**Art. 6º.** Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação. Revogando as disposições em contrário.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

Município de Nanuque/MG, aos treze dias do mês de janeiro de 2026.

GILSON COLETA  
BARBOSA:73303674604

Assinado de forma digital por  
GILSON COLETA  
BARBOSA:73303674604  
Dados: 2026.01.14 09:16:13 -03'00'

**GILSON COLETA BARBOSA**  
**Prefeito Municipal**